



PERSPECTIVAS IDEOCULTURAIS, TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Daniele Gomes de Lima¹

Resumo

O artigo problematiza as atuais condições de trabalho do assistente social a partir das transformações societárias ocorridas na sociedade brasileira e os elementos ideoculturais que permeiam a categoria profissional no cenário emergente de crise capitalista, cenário este que vem repercutindo diretamente no mercado de trabalho do assistente social, bem como na sua intervenção profissional.

Palavras-Chave: Transformações societárias. Trabalho. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

O texto aqui descrito advém dos estudos reunidos no Mestrado e das pesquisas acerca do mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas². Propõe uma abordagem sobre as condições do exercício profissional do assistente social no contexto de precarização do trabalho, frente às mudanças ocorridas na sociedade brasileira a partir da conjuntura dos anos 1990, com o objetivo de analisar a realidade social que afeta diretamente o campo de trabalho do Serviço Social.

O processo metodológico utilizou as pesquisas bibliográficas sobre as particularidades das condições de trabalho do assistente social nesta sociedade capitalista e os elementos ideoculturais que compõem o debate da categoria profissional. Com isso foi possível enfatizar como a precarização das condições de trabalho do assistente social repercute diretamente no exercício profissional, e como os trabalhadores sofrem os impactos dessa precarização no repasse dos serviços sociais. Este trabalho será apresentado em três partes. Começaremos apresentando acerca das expressões ideoculturais que vêm permeando à profissão na contemporaneidade. Em seguida apresentaremos as transformações societárias ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 e como estas têm repercutido diretamente no espaço sócio-ocupacional do assistente social. E por fim apresentaremos uma síntese conclusiva acerca da problemática discutida no texto. Assim procuraremos articular a problemática da precarização do trabalho do assistente social com os estudos sobre as transformações societárias e o Serviço Social, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, econômica e política da realidade social.

2 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE NO DEBATE CONTEMPORÂNEO DO SERVIÇO SOCIAL

Neste item serão discutidos alguns elementos ideoculturais que compõem o debate contemporâneo do Serviço Social, a partir dos reatamentos da modernidade e da pós-modernidade para a configuração atual da profissão, frente à crise capitalista.

¹ danielegomes18@yahoo.com.br - Universidade Federal de Alagoas.

² Este estudo faz parte do projeto que investiga a *Expansão e precarização do mercado de trabalho do assistente social e da formação profissional na atualidade e as repercussões para a condição profissional do Serviço Social*, desenvolvida com apoio de financiamento do CNPq. Tal investigação vem sendo realizada pelo Grupo de Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do Serviço Social - participante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, (registrado no CNPq). Esse grupo de pesquisa integra o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado) da UFAL.



Para situar o Serviço Social nos marcos da modernidade³ e da pós-modernidade⁴, vale lembrar que a profissão tem sua gênese num suporte teórico embasado na doutrina social conservadora, especificamente da Igreja Católica, até o momento de sua institucionalização. “O conservadorismo católico, ao defender um projeto político e social contrário tanto ao liberalismo quanto ao socialismo, apresenta-se como proposta antimoderna, refratária aos valores alcançados com o advento da modernidade” (SIMIONATTO, 1999. p.14). Entretanto, mesmo com a forte influência do pensamento conservador o Serviço Social em seu processo de profissionalização e institucionalização aparece vinculado a duas grandes matrizes contemporâneas distintas ao conservadorismo da igreja: a positivista e a marxista.

Essa aproximação com a segunda matriz (marxista) passa a fazer parte do Serviço Social a partir de 1960, com o Movimento de Reconceituação⁵ empreendido na América Latina, quando a profissão aproxima-se da teoria crítico-dialética. No Brasil, no trânsito dos anos 1970 para os anos 1980, um conjunto de conhecimentos e valores passaram a consubstanciar o projeto ético-político da profissão através da proposta transformadora da ordem social vigente, posicionando-se em favor da ideia da modernidade baseada na emancipação humana. No entanto, as transformações societárias ocorridas nos anos 1990 têm rebatimentos diretos na profissão condicionando o fortalecimento das ideias pós-modernas – que questionam a teoria marxista e fortalecem a razão instrumental do pensamento conservador -, bem como repercutem no exercício profissional através das alterações nas condições de trabalho dos assistentes sociais, e nas novas demandas colocadas à profissão, demandas estas, que limitam a intervenção, reduzindo-as a procedimentos burocráticos imediatistas que fortalecem as relações capitalistas contemporâneas. Partindo da ideia de simplificação e crítica a teoria marxista, Santos destaca que:

O que particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no Serviço Social são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais. Os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, a ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e conseqüente negação do sujeito) (SANTOS, 2007, p.86).

Dentro desta lógica pós-moderna observamos que o que se pretende é substituir os paradigmas críticos totalizantes presentes na teoria de Marx, por paradigmas conservadores pautados no empirismo, no pragmatismo, no voluntarismo e na conseqüente fragmentação entre teoria e prática. Pois, conforme as tendências pós-modernas da atual crise do

³ Novo modelo de explicação do real (iniciado a partir das revoluções científicas ocorridas entre os séculos XVI e XVII), fundado no primado da razão, ou seja, na capacidade do homem em formular teorias científicas a partir de leis objetivas. Com isso as formas de interpretação da realidade pautadas na fé e na religião, são derrubadas, destacando-se a importância da observação e da experimentação para o desenvolvimento científico (SIMIONATTO, 1999, p.1-2).

⁴ A pós-modernidade representa, assim, um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio atual de capitalismo globalizado, fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, que fortalecem a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. Cf. (SIMIONATTO, 1999, p. 86).

⁵ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente [...] um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*. Cf. (IAMAMOTO, 2004, p. 205).



capitalismo, a razão crítica não seria suficiente para apreender a realidade social, logo precisariam ser ampliadas ou até mesmo reformuladas. E é o que vem sendo disseminado no interior desta sociabilidade neste contexto de crise (tanto do processo produtivo, como das demais esferas da vida social).

A realidade do Serviço Social no Brasil, na passagem dos anos oitenta aos noventa é consubstanciada por grandes avanços conquistados através das lutas da categoria. Entretanto, apresenta também “um cenário carregado de questões e problemas herdados, uns e outros, do passado recente, mas ainda uns e outros novos e emergentes; todos, porém, exprimindo a própria inserção do Serviço Social na malha das concretas relações da sociedade brasileira” (NETTO, 1996, p.108).

Com isso observamos que o Serviço Social mesmo com os avanços e acúmulos realizados na entrada dos anos 1990, ainda apresenta algumas fragilidades em face das novas realidades societárias e da extensão das práticas profissionais, além do visível distanciamento da realidade social, ou seja, falta de articulação entre a academia e os profissionais que atuam no mercado de trabalho para responder através do instrumental científico as demandas sociais. A esse respeito Netto destaca que:

[...] as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde a realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais “seguros” e mais “legitimados”), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições – por isso e muito mais, é frequentemente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional (NETTO, 1996, p. 111).

Outro desafio que vem sendo posto a profissão neste contexto de crise capitalista, e que está bastante evidente no debate contemporâneo da profissão é o fato do Serviço Social incorporar na atualidade autores do campo conservador – “opositores históricos da vertente de ruptura – mas também marxistas, cuja apropriação desse referencial é na atualidade, epistemológica” (SANTOS, 2007, p. 14). Assim esses dois grupos apesar de serem aparentemente distintos, apresentam uma característica em comum: à atualização do conservadorismo profissional e instrumental pautado na deslegitimação da direção social baseada na razão dialética. Com isso, ao se defrontar no mercado de trabalho com demandas cada vez mais voltadas para o imediatismo e a eficiência técnica, os assistentes sociais estão se reaproximando cada vez mais dos paradigmas conservadores. Nesta direção Simionatto destaca que:

O Serviço social defronta-se, portanto, com duas perspectivas teóricas distintas: a que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e, uma outra, que compreende a ação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais (SIMIONATTO, 1999, p. 89).

É neste contexto que se coloca o desafio para o assistente social que precisa direcionar de forma crítica a sua intervenção buscando pautá-la em uma vertente teórico-profissional de caráter dialético, que permita apreender o movimento histórico decorrente



das transformações societárias a partir de uma perspectiva vinculada a um projeto emancipador e anticapitalista que vise o protagonismo da classe trabalhadora.

3 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A década de 1970 foi marcada por uma grande crise do capitalismo monopolista, e por diversos traços de recessão da economia capitalista internacional. O padrão de acumulação fordista, baseado na produção em série, somada as ideias keynesianas de pleno emprego que resultaram no Welfare State (Estado de Bem Estar Social), já não eram mais suficientes para conter a queda da taxa de lucro, deixando a capacidade de acumulação fortemente diminuída. “É para responder este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias” (NETTO, 1996, p.90). Com isso o capital busca enfrentar sua crise a partir de um novo padrão de acumulação centrado na externalização da produção via flexibilização, terceirização e subcontratação, baseado na desregulamentação estatal via redução de direitos sociais e trabalhistas, privatizações dos bens públicos e eliminação de parte do controle estatal sobre as condições de uso da força de trabalho.

A partir dos anos 1990 a ideologia neoliberal⁶, que já vinha sendo disseminada nos países de capitalismo central, chega ao Brasil e provoca sérias desregulamentações orientadas pelo Consenso de Washington⁷ tornando-se determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais. O impacto das transformações societárias relativas aos processos produtivos a partir desse contexto neoliberal tem rebatimentos diretos no mercado de trabalho, com uma progressiva e crescente desregulamentação, processo que tem possibilitado a redução do trabalho formal e o aumento do trabalho temporário, terceirizado e em tempo parcial.

Estes elementos tendem a propiciar uma difusão da precariedade do trabalho, devido às constantes investidas nos direitos conquistados pelos trabalhadores através da Carta Constitucional de 1988, tornando-a alvo do grande capital. Assim, percebemos que nos países como o Brasil, apesar de se ter uma Constituição que assegura a universalização do atendimento, a igualdade e qualidade dos serviços prestados à população, as políticas sociais se operam com características contrárias a tais princípios, visto que, o Estado vem utilizando os recursos públicos no financiamento da acumulação do capital em detrimento do financiamento da reprodução do trabalho.

Dentro deste contexto de precariedade nas relações de trabalho está inserido também o assistente social, afinal, ele também é trabalhador assalariado que vivencia em seu cotidiano profissional as desregulamentações do trabalho postas pelo capital. Somado a isso, ainda tem-se a alta taxa de desemprego, fragmentação e desqualificação do trabalho

⁶ Segundo Netto e Braz, “O que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na idéia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 226).

⁷ Consenso de Washington é a denominação dada ao plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BIRD), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países em todo o mundo. Para aprofundamento do tema, consultar (FIORI, 1995, p. 231-245).



além dos baixos salários e expansão do trabalho temporário. Cavalcante, tratando sobre a precariedade do trabalho do assistente social, assinala que:

Entende-se a precarização como uma das consequências da flexibilização e da desregulamentação do trabalho que se apresenta de forma intensificada quando as condições de trabalho se agravam significativamente. No mercado de trabalho do assistente social em Alagoas, como por exemplo, os valores salariais aos quais os profissionais estão sendo submetidos, as condições materiais de trabalho insuficientes para o desenvolvimento das ações, precariedade dos vínculos contratuais para a forma de inserção no mercado, dentre outros indicadores demonstram a intensificação da precarização do trabalho do assistente social. Embora esses dados demonstrem, por um lado, que houve uma expansão do mercado de trabalho profissional, por outro lado, essa expansão se dá em meio a realidade de intervenção precária (CAVALCANTE, 2009, p. 108).

Assim, compreender os nexos causais dessa realidade torna-se fundamental para o assistente social que precisa direcionar a sua prática em prol da luta por melhores condições de trabalho e por políticas e serviços sociais que priorizem as demandas e necessidades da classe trabalhadora.

Nossa pesquisa pôde constatar que no processo de reordenamento das políticas sociais, a partir dos pressupostos neoliberais, verificam-se constantes mudanças no espaço sócio-ocupacional do Serviço Social que segundo Prêdes encontra-se marcado por uma significativa contradição:

[...] a existência de garantias legais de universalização e descentralização e as possibilidades institucionais para o exercício do controle e da fiscalização dos serviços por parte dos usuários estão tangenciadas por políticas de cortes e gastos sociais e desmantelamento institucional, o que dificulta a operacionalização desses princípios legais (PRÊDES, 2007, p.21).

Assim, os assistentes sociais têm direcionado a sua prática a fim de fortalecer os mecanismos de descentralização e de participação popular junto às políticas sociais, no entanto, com as constantes investidas do capital em direção a redução dos direitos sociais garantidos por lei, estes profissionais convivem com serviços precários e com a necessidade de seletividade para o atendimento dos usuários, já que as políticas sociais passam a ser direcionadas apenas a parcela da população comprovadamente pobre. Com isso, vemos hoje o mercado de trabalho dos assistentes sociais na seguridade social pública crescer nos órgãos municipais, mas, devido a incompatibilidade de condições necessárias para um atendimento de qualidade a efetivação da prática profissional acontece em condições precárias que dificultam o repasse dos bens e serviços públicos. Pois, o que ocorre hoje é a intensificação de:

[...] uma concepção de políticas sem direitos sociais, já que o que está em voga são programas específicos, direcionados para os segmentos mais vulneráveis da população, existindo uma nítida triagem entre aqueles mais indigentes, que não têm condição alguma de buscar sua satisfação no mercado. Os programas existentes, propagados pelo governo federal e executados pelos órgãos municipais, em grande medida só servem para amenizar a situação de calamidade, mas não conseguem alterar o índice alarmante de pobreza e desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira (CAVALCANTE, 2009, p. 100).

Desta maneira, fica evidente que as políticas sociais têm se afastado cada vez mais do propósito de universalização e de garantia de direitos sociais, servindo apenas como um paliativo na minimização de forma focalizada das consequências dos desdobramentos da questão social, sem atacar suas causas. E é neste contexto contraditório que o assistente



social se depara com as dificuldades e limitações do seu próprio exercício profissional, pois, ao passo em que o Estado sob o comando do capital desmonta os direitos sociais e os possíveis meios de acessá-los atinge-se também sua ação profissional reduzindo a qualidade na prestação dos serviços sociais, já que a execução de suas ações depende de condições institucionais e se estas encontram-se cada vez mais escassas para realizar as políticas sociais o atendimento as necessidades da população também trona-se escasso.

Assim concordamos com a linha de raciocínio de Cavalcante (2009) que atribui à natureza precária dos serviços sociais a gênese contraditória e precária das políticas sociais já em seu nascedouro, pois, tais políticas têm a finalidade de amenizar os efeitos das contradições entre capital e trabalho, assegurando a reprodução da força de trabalho para a constante acumulação do capital. Sendo assim ao implementar políticas sociais precárias e debilitadas o Estado colabora para o agravamento das condições de trabalho dos profissionais que atuam diretamente com essas políticas, dentre eles os assistentes sociais.

No segundo quinquênio de 2000, as tendências do mercado de trabalho do Serviço Social apontadas pelas pesquisas⁸ podem ser assim resumidas: prevalência da saúde como área que mais absorve os assistentes sociais e da atuação no âmbito público estadual e municipal; tendência à interiorização dos postos de trabalho; precarização das relações de trabalho, uma vez que há instabilidade e insegurança nos postos de trabalho, sobretudo em relação à forma de contratação dos profissionais via seleção e/ou indicação/convite, o que não garante proteção trabalhista. Ainda, apesar de a jornada de trabalho semanal ser firmada entre 20 e 40 horas, a faixa salarial está cada vez mais reduzida; o profissional tem recebido, em média, entre 5 e 8,7 salários mínimos. É devido a essa renda insuficiente, além da vinculação a instituições públicas, as quais conferem certa flexibilidade aos horários dos profissionais, que os assistentes sociais das regiões Norte e Nordeste têm mais de um vínculo empregatício.

Enfim, a partir das configurações atuais no mundo de trabalho, percebemos, na atual conjuntura, que o mercado de trabalho, particularmente, do Serviço Social sofre com condições cada vez mais precárias, sejam nas próprias condições de trabalho, além das “demandas colocadas ao profissional sem uma contrapartida nas condições que favoreçam a qualificação profissional e na melhoria de salários” (AMORIM et al, 2008). Esta realidade de precarização das condições de trabalho do assistente social, além de dificultar o exercício profissional, repercute diretamente na execução dos serviços ofertados aos usuários demandantes do Serviço Social.

4 CONCLUSÃO

Em suma, percebemos que as expressões ideoculturais que vêm permeando a sociedade, e especificamente a profissão do Serviço Social ao longo do processo histórico da sua institucionalização e das transformações societárias que permeiam as condições histórico-sociais do exercício profissional têm propiciado a redução da prática profissional à mera identificação das demandas e o seu atendimento de maneira focalizada, faz com que a análise não ultrapasse o nível da aparência dificultando assim a apreensão do seu real significado no atual contexto conflituoso e antagônico das relações sociais capitalistas.

Com isso o que se constata é a disseminação do fortalecimento do empirismo, do pragmatismo, do conservadorismo e a fragmentação entre teoria e prática, em conformidade

⁸ Estes dados foram publicados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS em 2012 pelo nosso grupo de pesquisa apresentando as tendências do mercado de trabalho do Serviço Social apontadas pelas pesquisas publicadas no período 2006 a 2011. Foram encontradas 93 pesquisas caracterizadas como produção científica, apresentadas sob a forma de comunicação e publicadas nos Anais dos eventos nacionais da área de Serviço Social, no referido período (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS e Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP).



com as tendências neoconservadoras e da pós-modernidade e a um conseqüente distanciamento dos paradigmas críticos totalizantes. Tais transformações têm impactado na profissão, tanto no âmbito da formação profissional, como no da execução das atividades práticas cotidianas, interferindo diretamente nas condições dos serviços que são prestados aos usuários.

Os influxos das mudanças do trabalho têm atingido a condição do assistente social como trabalhador: baixos salários, instabilidade no emprego, desemprego dos profissionais, desvio de função, repercussão negativa do trabalho sobre a saúde dos profissionais, insatisfatórias condições de trabalho, extensão da jornada de trabalho, multiplicidade de vínculos por parte dos profissionais, multiplicidade de relações de trabalho dos empregados (efetivos e terceirizados) da mesma equipe, grande mobilidade entre o local de moradia e o espaço de trabalho.

Como todos os profissionais da atual sociedade, regida que é pelos ditames do mercado, o assistente social também depende das definições e das mudanças mercadológicas. As pesquisas mostraram as dificuldades para o ingresso do profissional em Serviço Social no mercado de trabalho, detectando-se como principais causas: falta de experiência comprovada; falta de oportunidade de novos empregos; falta de vagas; campo fechado/competitivo. Tais fatos confirmam a instabilidade do mercado de trabalho, fazendo com que os profissionais fiquem na dependência de novas formas de contratos, das novas demandas do mercado, assim como das novas exigências.

Entender tais tendências foi extremamente relevante, pois nos permitiu fazer uma reflexão sobre o exercício profissional do Serviço Social e desenvolver uma postura crítica capaz de compreender a realidade social, histórica, econômica e ideocultural na qual a profissão está inserida. Assim, constatamos que o encaminhamento dado ao mercado de trabalho, a partir das transformações societárias, vem provocando mudanças na atuação do assistente social, exigindo um novo perfil para atender as novas requisições que são colocadas a profissão. Com isso, grandes desafios são postos para o assistente social no seu processo de intervenção; este profissional através de sua qualificação profissional deve buscar trabalhar segundo o seu projeto ético-político, lutando por melhores condições de trabalho e por uma melhor qualidade de atendimento à população que necessita de seus serviços e intervenções, bem como uma constante articulação entre academia e campo de trabalho com o intuito de conhecer para intervir na realidade social.

Realizar tal movimento é condição essencial para o assistente social no entendimento de que não é no interior do capitalismo que as contradições serão eliminadas, pelo contrário, só fora dele, pois, tais contradições são oriundas deste sistema. Haja vista, a incontabilidade do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002), o qual apresenta um caráter destrutivo, próprio de sua natureza. Sendo urgente e necessária a instauração de uma nova forma de sociabilidade plenamente emancipada que possibilite ao trabalhador deter o controle de sua própria vida, através do trabalho associado – livre, consciente, coletivo e universal, para compor, nas palavras de Mézáros (2002), uma sociedade *para além do capital*. Tal entendimento é de suma importância, pois, oferecerá a nosso ver maiores possibilidades de ampliação de uma postura crítica e propositiva na prática profissional do assistente social direcionada ao protagonismo da classe subalterna. E este é o desafio que se põe à profissão na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Andrêssa Gomes Carvalho et al. **Precarização e condições de trabalho do assistente social no contexto contemporâneo**. In: Conferência mundial de Serviço Social, Salvador, 2008.

CAVALCANTE, Girlene Maria Máti. **A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente**



social. 2009. Monografia (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Daniele Gomes de. **A expansão precária do trabalho do assistente social no interior de Alagoas no contexto de descentralização das políticas sociais na conjuntura do governo Lula.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Faculdade de Serviço Social, Maceió: UFAL, 2011.

_____. Questão agrária e a inserção do Serviço Social em políticas sociais para o campo. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.**

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje.** 2 ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PRÉDES, Rosa. **Mercado de Trabalho do Serviço Social: fiscalização e exercício profissional.** Maceió: EDUFAL, 2002.

_____. **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2007.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez. 2007.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: In: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.** Módulo 1. Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999.